

A sindicância às alfândegas confirmou a existência de corrupção quase generalizada naqueles serviços na Praia. Os casos que configuram crime já foram enviados para o Ministério Público e à Polícia Judiciária para o devido tratamento, já que, além dos funcionários, estão implicadas firmas comerciais e privados sobre os quais o governo não possui autoridade. Só em dívidas sob a forma de fiança, a Alfândega da Praia tem a monte mais de dois milhões de contos. Esta é a primeira vez em 30 anos que as alfândegas são inspeccionadas.



Sindicância confirma corrupção nas alfândegas

A sindicância ordenada pelo ministro das Finanças à Direcção--Geral das Alfândegas e às Alfândegas da Praia confirmou a existência de corrupção quase generalizada naqueles serviços, com possíveis ramificações na delegação de Assomada. Uma situação bastas vezes denunciada e comentada à boca cheia por cidadãos vários ao longo dos anos, mas que nunca mereceu qualquer apuramento por parte das entidades competentes.

Apenas em Julho passado, ao receber denúncias que davam conta de um conjunto de situações anómalas no sector alfandegário, o ministro João Serra ordenou uma sindicância para apurar a veracidade de tais irregularidades. Seis meses depois, apesar das ameaças e pressões contra os inspectores António Pedro Silva e Paulo Monteiro, e ao próprio ministro, o relatório final da referida sindicância encontra-se pronto, confirmando a existência de um quadro de corrupção quase geral na Alfândega da Praia e que se estende à delegação da Assomada.

As irregularidades detectadas são mais do que muitas e implicam funcionários, firmas comerciais e outros

privados. Entre as práticas apuradas constam mercadorias que são subavaliadas, crédito malparado a cuja cobrança não se procede, casos de indisciplina no trabalho, o hábito de funcionários receberem favores de firmas particulares, etc., etc. (ver pág.3)

Um levantamento feito pela sindicância estima em mais de dois milhões de contos o valor de fianças que a alfândega tem por cobrar. Só no ítem de regimes de importações temporárias é estimado um desfalque superior a 830 mil contos, relativos a 16 mil e 34 contentores em situação de transgressão, o que por si dá a ideia da amplitude e gravidade do cancro existente na Alfândega da capital.

A isso se somam outros largos milhares de contos em crédito malparado, multas e dívidas que não são pagas – inclusive por comerciantes com nome na praça –, ou que a alfândega simplesmente não consegue cobrar. Isto sem falar em outros tantos milhares de contos decorrentes da subavaliação de mercadorias a partir de esquemas entre os seus proprietários e funcionários aduaneiros.

Estima-se que apenas três por cento das mercadorias que entram no país

passam pelas alfândegas. E, por causa disso, há quem suspeite que boa parte das armas e até drogas têm via aberta no país através de conivências e cumplicidades que em muito fazem lembrar uma “*associação criminosa*”.

Segundo a sindicância, os esquemas de fuga ao controlo alfandegário são vários e tanto abrangem serviços públicos e municipais, como partidos políticos, firmas comerciais, projectos financiados pela cooperação internacional e indústrias, chegando até ao simples cidadão. Entre os casos detectados consta o de um embaixador de Cabo Verde no exterior e o de um presidente do conselho de administração de um banco comercial que fizeram entrar no país viaturas em situação de transgressão (ver pág. 3).

De um modo geral, o quadro descrito pelo relatório de sindicância é de arrepiar, por nele estarem referidas situações que são atentados à lei e ao Estado de direito. Por exemplo, uma das formas de fuga ao controlo alfandegário, denunciada inclusive por este jornal no ano passado, é a prática de firmas da Praia despacharem as suas mercadorias na Assomada, com todo o inconveniente que, à

primeira vista, decorre disso.

É que, além de transportar a mercadoria até àquela cidade do interior de Santiago, a mesma firma é obrigada a pagar transporte e ajudas de custo ao verificador alfandegário que se desloca da Praia à Assomada para depois a mesma mercadoria fazer o percurso inverso para o seu mercado natural que é a Praia. Um método que o relatório considera “*sintomático*”, já que ninguém é doido para proceder dessa forma se dela não tirar proveito.

A sindicância ressalva, todavia, não estar em condições de afirmar de forma taxativa a existência de irregularidades na delegação da Assomada, porquanto a sua missão tinha como alvo apenas a Alfândega da Praia. De todo o modo, uma das recomendações do relatório final é que Santa Catarina seja também alvo de uma inspeção específica, por haver indícios de práticas lesivas ao interesse público.

Uma outra prática “*pouco católica*” apontada pelo relatório que vimos citando prende-se com as mercadorias que vão para a hasta pública. A sindicância acredita haver um esquema que leva os cinco ou seis comerciantes habituais a arrematar os leilões,

na lógica “hoje levas tu, amanhã levo eu”, fazendo com que mercadorias colocadas na praça sejam, quase sempre, adquiridas por escassas centenas de escudos acima do preço inicial do pregão.

Há ainda situações de incúria, desmazelo e falta de pulso no comando dos serviços alfandegários. Armazéns sem condições de guardar coisa nenhuma, que funcionam a céu aberto, às vezes sem chaves, e serviços de secretaria sem qualquer tipo de controlo são algumas delas.

A sindicância dá ainda conta de um clima de indisciplina, absentismo, alcoolismo, etc. por parte de certos funcionários, alguns dos quais só comparecem ao trabalho no dia de receberem os seus salários.

O enriquecimento ilícito de certos funcionários é também visto como consequência da corrupção instalada nas alfândegas. Sim, fala-se de gente que recebe presentes, nalguns casos automóveis, de firmas privadas. Entre os casos mais notórios de enriquecimento suspeito consta o verificador Mário Sérvulo Silva, cuja filha Namy, de 20 anos de idade e estudante em Portugal, é proprietária de cinco camiões - Mário Sérvulo diz ser apenas procurador da filha, o que também é considerado ilegal, já que sendo funcionário aduaneiro não pode ter vínculos do tipo.

O quadro geral apurado é de tal modo grave que o governo parece não ter tempo a perder, pois, segundo dados apurados por este jornal, medidas imediatas vão ser tomadas, e elas vão desde a substituição dos actuais responsáveis daqueles serviços à responsabilização criminal dos implicados directamente nos casos de corrupção, passando por processos disciplinares internos que uma situação destas recomenda (ver texto ao lado).

Em 30 anos de independência, esta é a primeira vez que as Alfândegas são inspeccionadas, o que também é considerado anormal, dado o papel dessa instituição no financiamento do Estado. Passam por esse serviço, todos os dias, milhares de contos e o facto de ter funcionado ao longo de todo este tempo como uma terra sem rei nem roque terá permitido a instalação de práticas de corrupção, com largos prejuízos para o país.

Afinal, só no que concerne aos 16 mil e 34 contentores em situação de transgressão detectados pela sindicância, o prejuízo totaliza mais de 830 mil contos, dinheiro que daria para construir, pelo menos, duas barragens do Poilão. Para não falar dos mais de dois milhões de contos de fianças por cobrar, montante suficiente para construir um outro Aeroporto da Praia.

Histórias ALFANDEGÁRIAS



São vários os casos de irregularidade levantados pela sindicância à Direcção-Geral das Alfândegas e à Direcção da Alfândega da Praia. Entre os casos mais gritantes consta o da importação pela Khym Negoce de 1.599 televisores desmontados, com valor aduaneiro de cerca de 10 mil contos, sem que essa firma tenha no país qualquer linha de montagem electrónica. Os inspectores desconfiam que essa foi a forma utilizada por aquela empresa para fugir ao fisco, já que aparelhos desmontados apenas pagam 5% de despacho. Pelo cálculo dos sindicantes, o erário público ficou prejudicado nesse processo em quase 4 mil contos.

As empresas Publicom, do jornalista Júlio Lopes, e a Grafoarte, do arquitecto Pedro Gregório, aparecem também ligadas a esta complicada história de fuga ao fisco. Estas foram denunciadas pela Gráfica da Praia, de Álvaro Leitão da Graça Filho, de se terem apossado ou adquirido indevidamente uma série de máquinas que haviam sido importadas pela Gráfica da Praia no

âmbito de uma isenção de cerca de 4 mil contos que fora concedida a essa tipografia.

Trata-se, com efeito, de um assunto que se vem arrastando desde 2000, quando Leitão da Graça e o seu então sócio português Marcos Rodrigues se desentenderam, acabando este último por arrombar a porta das instalações onde estavam as referidas máquinas, levando-as consigo. Leitão da Graça recorreu ao tribunal e o caso arrasta-se até hoje. Isto porque o cartório não consegue localizar o proprietário da Publicom, Júlio Lopes, que é tido por isso como “foragido”. Também neste caso a sindicância estima em cerca de 4 mil contos os prejuízos causados ao Estado, já que nem a Publicom nem a Grafoarte possuíam isenção para fazer entrar no país as máquinas que foram parar à sua posse.

Um outro caso apontado pela sindicância é o da importação de um BMW pelo actual embaixador de Cabo Verde em França, José Armando Duarte. Chamado para exercer funções governativas no país em 2001,

Duarte importou em 2003 o referido automóvel ao abrigo da isenção temporária; ao ser colocado novamente numa outra missão diplomática, em França, vendeu o mesmo BMW, por intermédio do seu primo Nuno Ferreira, funcionário da Forcabo, uma importadora de viaturas.

Os sindicantes consideram a operação irregular já que na venda não se teve em conta a isenção temporária ao abrigo da qual o BMW fora importado, com isenção de cerca de 2 mil contos. Inclusive entre as recomendações da sindicância, há uma especial chamada de atenção “às manigâncias do sr. Nuno Ferreira, que vem agindo em representação da firma Forcabo e em nome próprio” e “vem causando sérios prejuízos ao erário público, com o seu ‘modus operandi’, tirando partido de alguma conivência e mãos brandas das autoridades alfandegárias”.

E, a somar à história do BMW, há um outro episódio, este do presidente da comissão executiva do BCA, Miguel Afonso, que importou também um automóvel Audi em condições consideradas irregulares.

Num serviço onde reina toda a espécie de irregularidades e falcatruas, a aduana cabo-verdiana é vítima dos seus próprios funcionários. Além de problemas de absentismo e indisciplina, não são poucos os casos de funcionários que recorrem a firmas particulares para importar mercadorias em condições que só aquelas poderiam fazer.

Assim, a verificadora Laurinda Monteiro é acusada de, através da casa Felicidade e da firma Brás de Andrade, ter importado do Brasil um automóvel. Também o verificador Ricardo Almeida é referido como tendo recebido da Khym Negoce uma viatura Nissan Micra, numa operação que sugere à sindicância “indícios de associação criminosa” entre esse funcionário e aquela firma comercial, já que o mesmo é um dos envolvidos no caso dos televisores desmontados.

...E rolam cabeças

A Direcção-Geral das Alfândegas e a Alfândega da Praia vão mudar de titular. A Semana sabe que o Governo está à procura de um novo director-geral que, por seu turno, irá indicar quem irá dirigir a Alfândega da Praia. Adriano Brazão(foto) e Carlos Guido Figueiredo, respectivamente, vão ser substituídos, na sequência dos resultados da sindicância ordenada pelo ministro João Serra àqueles dois serviços do Estado.

De acordo com as nossas fontes, o quadro descrito pelo relatório da sindicância é de tal modo grave que a situação do actual director-geral e do director da Alfândega da Praia é neste momento insustentável. “Não que Brazão e Figueiredo estejam envolvidos directamente nos casos de corrupção; o problema deles é sobretudo de negligência e omissão no exercício de funções. Eles foram permissivos, daí a sua responsabilização”, frisa uma fonte, para quem há que tirar todas as consequências dos resultados apurados pela inspecção. “Este país não sobrevive por muito mais tempo diante do quadro de podridão existente nas alfândegas. É a nossa sobrevivência que está em causa”.

Além da mudança do director-geral das Alfândegas e da Praia, o Governo vai também acatar um conjunto vasto de recomendações feitas pela sindicância no sentido de sanear os serviços aduaneiros. Os sindicantes apontam, entre outras medidas, para a necessidade de se proceder à rotatividade entre o pessoal alfandegário, substituindo ou deslocando sobretudo aqueles que se encontram há demasiado tempo num determinado departamento ou função.

Certo para já, é o levantamento de processos disciplinares aos funcionários implicados nesta teia, conforme o despacho do ministro João Serra, de 29 de Dezembro, enquanto num outro nível, o judicial, os processos dos demais envolvidos vão ter o devido tratamento.



REFORMA DA SEGURANÇA SOCIAL

O governo conta definir, até Fevereiro, um novo esquema de segurança social para os funcionários públicos, que deve entrar em funcionamento durante o ano de 2005. O processo enquadra-se na reforma da segurança social em curso no país e vem sendo seguido por um Comité de Pilotagem que integra responsáveis de vários ministérios, organizações sindicais e entidades laborais. A UNTC-CS, a maior central sindical nacional, aplaude as medidas, mas critica o atraso no seu andamento e diz esperar que o enquadramento dos servidores do Estado na previdência social aconteça ainda no decurso deste ano.



Função Pública é enquadrada em Fevereiro

Os mais de 25 mil funcionários públicos vão beneficiar de um esquema de protecção social, a ser definido até à primeira quinzena de Fevereiro. A medida enquadra-se na reforma da segurança social em curso no país e devia ficar concluída em 2004. O governo perspectiva, porém, concluir esse “dossier” ainda no decurso deste ano.

Esperado com muita expectativa, o processo vem sendo seguido por um Comité de Pilotagem, presidido pelos ministros do Trabalho e da Solidariedade, das Finanças e Planeamento e da Reforma do Estado e da Administração Pública. O mesmo integra ainda as duas centrais sindicais, o INPS, as seguradoras nacionais, as Câmaras de Comércio e as direcções-gerais da Solidariedade Social e da Administração Pública.

E está já seleccionada, através de um concurso internacional promovida para o efeito, uma empresa portuguesa, que vem realizando, desde 17 de Agosto de 2004, um estudo actuarial do Instituto Nacional da Previdência Social. O mesmo ficará concluído no final deste mês e irá produzir recomendações para a sustentabilidade do INPS ao longo de cinco décadas, fornecer informações sobre as obrigações financeiras desse instituto nos próximos anos e sugerir o modelo de protecção social a ser adoptado para os trabalhadores da Administração Pública. “As conclusões resultantes desse estudo influenciarão sobremaneira na escolha do modelo de integração dos funcionários públicos no Regime de Protecção Social dos Trabalhadores por conta de outrem (RPSTCO)”.

O CP destaca que o relatório final sobre o dito estudo para integrar os fun-

cionários públicos no RPSTCO será entregue, na primeira quinzena de Fevereiro, às autoridades competentes. “O consultor entregou já o primeiro relatório e na primeira quinzena de Fevereiro entregará o relatório que irá apontar as vias de integração dos funcionários públicos no RPSTCO e os respectivos impactos financeiros, salvaguardando aspectos inerentes à sua sustentabilidade”.

A mesma fonte acrescenta que, para se definir a estratégica de gestão dos recursos humanos da Administração Pública, foram também seleccionados, via concurso público, dois consultores individuais, sendo um internacional e o outro nacional. “Este trabalho está sendo levado a cabo em duas fases. Uma já foi concluída e outra decorrerá de Janeiro a Março de 2005. Espera-se que dele resulte, entre outros, os seguintes instrumentos: Sistema de gestão integrada e previsional da base de dados dos recursos humanos da Administração Pública; Modelo de estruturas de gestão sectorial visando uma planificação integrada dos recursos humanos nas suas várias vertentes; Plano de formação em áreas prioritárias”.

A UNTC-CS, através do seu secretário-geral, diz congratular-se com as medidas em curso, ao mesmo tempo que critica o atraso no enquadramento dos funcionários na previdência social. É que, segundo Júlio Ascensão Silva, o processo estava para ser concluído no ano passado e os servidores do Estado continuam sem beneficiar da assistência médico-medicamentosa, embora mensalmente continuem a contribuir para tal. “O modelo a ser escolhido para os trabalhadores da Administração Pública é discutível. O que

interessa é que haja um enquadramento efectivo dos funcionários públicos na previdência social ainda no decurso deste ano”, avisa a maior central sindical cabo-verdiana.

PENSÕES E OUTRAS MEDIDAS

Mas o CP tem também em curso outras medidas no âmbito da reforma global da segurança social em Cabo Verde. O referido comité acaba de concluir um concurso internacional, através do qual ficou seleccionada uma empresa norte-americana, que realizou um diagnóstico e sugeriu as melhorias a serem introduzidas no sistema de informação do INPS. “Esta consultoria já foi concluída e é muito importante no contexto da melhoria da eficiência de gestão do regime contributivo de pensões. Deste estudo depende o investimento racional, em 2005, de cerca de 700 mil dólares na aquisição dos mais sofisticados sistemas de informação concebidos para gerir sistemas de segurança social”.

O mesmo organismo vem preparando, em parcerias com consultores nacionais, a reestruturação do sistema de gestão das pensões para o regime não contributivo. “O referido estudo implicará identificar e analisar os instrumentos de gestão do actual sistema; Conceber e instalar um programa de base de dados para os beneficiários desse regime; Escolher estrutura organizacional e mecanismos de gestão adequados; Ter estudo de sustentabilidade, considerando hipóteses de aumento das pensões; Criar um fundo de mutualismo para os pensionistas; Implementar um plano de formação do

staff de gestão do referido regime. Paralelamente a essas medidas, serão distribuídos, a todos os pensionistas, cartões de identificação, com banda magnética, que darão direito a facilidades diversas”.

Além da finalização dos trabalhos em curso, o Comité de Pilotagem perspectiva que durante 2005 serão revistas as políticas de investimento do INPS, definida a forma de alargamento da cobertura da protecção social, e adquirida e implementada um novo sistema de informação no INPS. Também serão estandardizadas as normas de avaliação e informação relativas à previdência social e capacitados os recursos humanos com vista a assegurar uma gestão eficiente da protecção social em Cabo Verde. “Resumindo, tomar-se-ão medidas que irão salvaguardar a solidez financeira do INPS a longo prazo, estruturar-se-á convenientemente o regime de protecção social dos mais pobres, e ter-se-á os funcionários públicos no RPSTCO”.

De salientar que a “Reforma das Pensões”, é uma das sub-componentes do projecto da “Modernização do Sector Financeiro”, através do qual o Governo pretende imprimir maior competitividade e justiça social na economia cabo-verdiana. O objectivo dessa reforma é de implementar um sistema de protecção social sustentável no país. Tudo na perspectiva de unificar os sistemas de pensões existentes, reorganizar as pensões do regime não contributivo, implementar mudanças paramétricas no sistema de pensões gerido pelo INPS e reforçar a capacidade institucional e organizacional do INPS e da Administração Pública.

Alirio dias de Pina

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, chega hoje à cidade da Praia para uma visita de cerca de 24 horas. Acompanhado de uma delegação de 35 pessoas, que inclui empresários da construção civil, o governante brasileiro, na sua terceira visita à África em 12 meses, chega com o firme propósito de “fazer o Brasil mais presente em Cabo Verde”.

Brasil reforça cooperação com Cabo Verde

Cooperação nos sectores da formação profissional, saúde, educação, negociação de dossiers já existentes entre o Brasil e Cabo Verde, avaliação do mercado cabo-verdiano por parte do empresariado brasileiro... Eis alguns itens da curta visita, de cerca de um dia, do ministro das Relações Exteriores do Brasil à cidade da Praia.

Pelo que vai ser discutido e acordado durante a curta estada de Celso Amorim em Cabo Verde, a cidade da Praia será um dos pontos com maior destaque neste périplo do chefe da diplomacia brasileira ao continente africano. Um périplo que, a seguir à capital cabo-verdiana, vai levá-lo ao Senegal, Guiné-Bissau, Nigéria e Camarões, sendo que neste país o Brasil vai passar a contar a partir de agora com uma embaixada.

A fonte de **A Semana** destaca a impor-

tância desta visita de Celso Amorim a este arquipélago com o facto de vários acordos serem assinados durante a sua estada. Simbolicamente, esse governante vai visitar as futuras instalações do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (Casa Cor de Rosa), um projecto acarinhado por Brasília, bem como o futuro Centro de Formação Profissional, resultado de uma parceria entre o IEFP e o Senai do Brasil, e de se avançar, com passos concretos, a cooperação com vista à estruturação da Universidade de Cabo Verde.

No que se refere ao sector do ensino, menina-dos-olhos nos laços entre os dois países, os dados mostram que aqui as relações vão de vento em popa. Só este ano mais de 300 novos estudantes cabo-verdianos vão seguir formação superior no Brasil, o que corresponde a cerca de um terço de todas as vagas para o ensino superior

que esse país concede a cidadãos estrangeiros.

Paralelamente ao que é oficial, contactos vão ser feitos, durante a visita de Amorim, nomeadamente a nível empresarial. Aqui, e pela primeira vez, empresários do sector da construção civil brasileira visitam Cabo Verde para contactos exploratórios. Há interesses, soube **A Semana**, de operadores desse sector em participarem nos concursos de obras públicas nacionais, numa altura em que importantes infra-estruturas deverão ser construídas nos próximos tempos em Cabo Verde.

Depois deste arquipélago, Celso Amorim segue para o Senegal, Guiné-Bissau, Camarões e Nigéria. Aí, é a Guiné-Bissau, ainda a viver uma situação delicada, a chamar a atenção do governante brasileiro, depois de Brasília ter disponibilizado meio milhão de dólares para o processo de re-

construção do país e a avaliar, de forma positiva, o desempenho da CPLP no ultrapassar da crise.

Na verdade, além do reforço da cooperação entre Brasília e diversas capitais africanas, no quadro de uma aposta várias vezes reiterada por Luís Inácio Lula da Silva, essa missão de Amorim é uma ofensiva diplomática no continente com um objectivo particular. É que este ano o dossier da reestruturação do Conselho de Segurança das Nações Unidas vai ser colocado sobre a mesa em Nova Iorque, o que deve acontecer a partir de Setembro e o Brasil é um país que corre para um lugar permanente naquele órgão.

Com o apoio de Cabo Verde nesta corrida praticamente garantido, resta a Brasília buscar outros votos. Assim, não será por acaso que Celso Amorim já contabiliza três visitas ao continente em apenas um ano.

País celebra 13 E 20 DE JANEIRO

O Dia da Liberdade e Democracia em Cabo Verde, assinalado ontem, 13, não passou despercebido ao PAICV nem ao MpD. Embora de forma diferente, os dois partidos não deixaram passar em branco o dia em que, pela primeira vez, o país escolheu o seu governo, através do voto livre. Agora, as atenções viram-se para o dia 20, dedicado aos Heróis Nacionais.

Enquanto o executivo se desdobrava, ontem, em visitas e inaugurações, o MpD preferiu reunir os seus militantes e simpatizantes num comício-festa no bairro da Vila Nova, na Praia. Mais do que relembrar o 13 de Janeiro, Agostinho Lopes quis juntar o maior número possível de assistentes, nesta que foi a sua primeira grande aparição pública depois de reeleito líder do partido. E, em vésperas de legislativas, o comício de Vila Nova surgiu como o pontapé-de-saída para a pré-campanha que se avizinha.

As actividades do maior partido da oposição não se resumiram à Praia. O MpD realizou pequenas palestras e encontros com a população nos diferentes concelhos e regiões políticas, além de emitir uma mensagem ao país no seu tempo de antena na televisão e na rádio nacional.

O ex-líder da bancada parlamentar ventoinha, Rui Figueiredo, aproveitou também o dia de ontem para apresentar, em São Vicente, o seu livro “Intervenções Parlamentares na Oposição ao serviço do país”. A apresentação da obra esteve a cargo do ex-presidente do MpD, Carlos Veiga.

Para o dia dos Heróis Nacionais, o programa ventoinha é bem mais curto: apenas uma palestra da JpD, no dia 19, que terá como oradores Carlos Veiga e um jovem quadro ainda por escolher.

O PAICV elaborou um programa diferente, juntando as duas datas. As actividades começaram na quarta-feira, 12, com uma palestra promovida pela JPAI sobre a “Abertura e Transição para a Democracia em Cabo Verde”, animada por Roselma Évora. E prosseguiram ontem, 13, com inaugurações e visitas a diferentes infra-estruturas na Praia (actividade conjunta com a Câmara Municipal da Praia). No período da manhã de ontem, o primeiro-ministro inaugurou o arruamento da zona de Achada Riba (Achada Santo António), e as obras de calcetamento da estrada de acesso ao liceu “Amor de Deus”.

Também ontem José Maria Neves visitou a enfermaria de especialidades do Hospital Agostinho Neto, entregou uma habitação a uma deficiente física em Ponta-de-Água, foi se inteirar das obras de asfaltagem da Avenida Cidade de Lisboa e de como progride a construção dos liceus de Calabaceira e Achada Grande Frente. À tarde presidiu à chegada da luz eléctrica à zona de Calabaceira da Cidade Velha, e assistiu à assinatura de um protocolo entre a CMP e o Estado-Maior das Forças Armadas, em que este entrega à edilidade praiense as instalações para o Centro Social e Escola de Ensino Básico de Achadinha.

Hoje, 14, o PAICV vai reunir militantes, amigos e simpatizantes no acto comemorativo do quarto aniversário

da sua vitória nas legislativas de 2001. O encontro, a acontecer no Auditório Jorge Barbosa, será presidido por José Maria Neves.

No domingo, 16, Rui Semedo proferirá uma palestra aos militantes do partido em Santa Cruz, enquanto JMN assiste à eleição dos novos órgãos do sector em Santa Catarina. Para o dia 20 estão previstos colóquios nos diferentes concelhos e no dia 23 a inauguração da asfaltagem da estrada São Domingos/Assomada.

No Sal, o 13 e o 20 de Janeiro não passam despercebidos. A Câmara Municipal promove desde ontem até ao dia 20 a primeira semana da Identidade Nacional, uma forma de fazer os jovens reflectirem sobre a democracia e celebrar Amílcar Cabral, “numa viagem à nossa identidade cultural”. O evento abriu com um colóquio sobre “13 de Janeiro e a Democracia”, animado por Jorge Carlos Fonseca. E termina, no dia 20, com um documentário sobre Amílcar Cabral e a colocação de coroas de flores na estátua do pai da independência nacional no aeroporto. Pelo meio ficam ainda exposições de quadros, uma mini-feira de livros e conferências com Corsino Fortes e António Silva Roque, e um fórum Clube de Memórias, com Sabino Évora e André Melo.

Também no Sal está prevista para o dia 20 uma palestra sobre Amílcar Cabral, que terá como oradora principal a politóloga Roselma Évora. O evento, organizado pela ASA, contará com a presença do presidente da Fundação Amílcar Cabral, Aristides Pereira.

MPD PÓS-CONVENÇÃO

Quase dois meses após a sua eleição, Agostinho Lopes começa a sentir os primeiros sinais de resistência à sua liderança no MpD. Um movimento que parte sobretudo da sensibilidade afecta a Ulisses Silva. Um exemplo disso aconteceu durante a última reunião do grupo parlamentar, quando, inesperadamente, Rui Figueiredo disponibilizou-se a encabeçar uma lista, contrariando a sua decisão inicial de não continuar naquele cargo. O actual líder do MpD corre também o risco de ficar refém das direcções concelhias, cujas estruturas, a começar por S.Vicente, são adversas à moção de estratégia aprovada na última convenção.



Agostinho refém das estruturas regionais

Agostinho Lopes venceu a última convenção, mas há sinais de que começa a enfrentar dificuldades para impor a sua liderança. Segundo uma fonte ventoinha, as resistências partem sobretudo dos chamados barões, constituídos por antigos ministros, deputados, conselheiros e presidentes de câmaras, que saíram derrotados da última convenção.

E vários deles estão alojados na frente parlamentar e nas estruturas partidárias, particularmente em São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Sal e Maio, onde Agostinho Lopes não elegeu o coordenador local ou a maioria dos delegados à convenção. *“Apesar do discurso de conciliação, vários dirigentes das sensibilidades derrotadas, particularmente os da lista encabeçada por Ulisses Silva, não aceitaram com naturalidade a vitória de Agostinho Lopes”.*

Só assim se entende, analisa uma fonte, a atitude de Rui Figueiredo, assumida esta segunda-feira durante a reunião do grupo parlamentar ventoinha. Aquele deputado acabou por surpreender os seus pares, ao manifestar a sua intenção de liderar uma lista para o nova direcção parlamentar, contrariando a sua indisponibilidade inicial para continuar naquele cargo. *“Tal pretensão não se concretizou porque Agostinho Lopes fez questão de avançar, até ao fim, com a lista encabeçada por André Afonso, que acabou por ser eleita. Rui desistiu da corrida, porque, no fundo, não estava preparado para levar avante a sua pro-*

posta”. Sintomático ou não, André Afonso foi eleito por 10 votos a favor, sete contra e três abstenções.

Passado esse teste, as nossas fontes acreditam que AL corre o risco de ficar refém de direcções concelhias, adversas à moção de estratégia aprovada na última convenção do partido. A estrutura de São Vicente, cujo coordenador, João Santos, foi eleito antes da convenção e é apoiante assumido de Ulisses Silva, foi o primeiro a dar o sinal sobre tal possibilidade.

Isso aconteceu durante a assembleia concelhia de quarta-feira, 12, onde foram eleitos os restantes sete membros efectivos e nove suplentes para completar a Comissão Política Regional, que tem como vice-coordenador José António Lopes. Manuel Fernandes, apoiante da actual direcção, questionou que contrapartida a actual equipa dava à liderança de Agostinho Lopes, cuja moção de estratégia obteve a aprovação da maioria (13) dos delegados de São Vicente à convenção.

É que a lista é considerada, por certos responsáveis que se recusaram a integrá-la, politicamente fraca para uma ilha como São Vicente. Além do mais, logo depois de Rosa Santiago (esta apoiante de AL), vinham três nomes que mereceram contestação por parte de alguns dos presentes: Raul Dias, Antero Oliveira e Domingos Maurício. Tudo por serem afectos às sensibilidades de Ulisses Silva ou de Jorge Santos. Do-

mingos, por exemplo, é irmão de Jorge.

Este respondeu ao repto lançado por Fernandes, afirmando que a única contrapartida que dará à liderança de AL é garantir a vitória do MpD em S.Vicente nas legislativas de 2006. Explicou que, com base nos estatutos, formou a sua equipa com pessoas que estiveram empenhadas na campanha das últimas eleições autárquicas no Mindelo. Santos defendeu que, depois da convenção e ao contrário do que a imprensa especula, não existem sensibilidades no MpD, que sequer estão regulamentadas.

Feitos estes reparos, a CPR foi eleita por escrutínio secreto, num universo de 126 delegados presentes, com 116 votos sim, sete contra e duas abstenções. A Comissão de Jurisdição, presidida por José Pedro Mariano, obteve, do mesmo universo eleitoral, apenas cinco votos contra dois nulos. A Mesa da Assembleia Regional, encabeçada por Cristiano Monteiro, foi eleita por braços levantados, logo no início da Assembleia concelhia.

Jorge Santos, membro da Comissão Política Nacional, foi um dos intervenientes da noite, mas foi Agostinho Lopes o principal orador, afirmando no final do encontro que o MpD vai ganhar as legislativas de 2006. Lopes considerou que a situação sócio-económica do país é difícil neste momento, caracterizada principalmente pelo abrandamento económico e o aumento do desemprego. Uma situação que diz ser criada

pela má governação do PAICV.

Depois de São Vicente, o processo da renovação dos órgãos concelhios do MpD vai prosseguir em Santo Antão, onde Jorge Santos elegeu 22 dos 30 delegados última convenção. No Porto Novo a eleição está prevista para dentro de poucos dias. José Salomão, próximo a Agostinho Lopes, e Osvaldino Lopes, pertencente à ala de Jorge Santos, são os dois candidatos à liderança local.

O primeiro sintoma de que nem tudo vai bem é a desistência de Cláudio Santos à disputa do referido cargo. É que Cláudio, colaborador do edil Amadeu Cruz e apoiante de Ulisses Silva, justificou a sua desistência para evitar conflitos internos, porque iria ser crítico em relação à gestão do coordenador cessante Joel Barros e contra a atitude populista e demagógica das direcções locais do MpD e do PAICV. *“É preciso mais seriedade e dinamismo na política e deixar de ver militantes com objectivo eleitoral”*, afirma.

O que se está a passar em São Vicente e Santo Antão pode vir a repetir-se, na perspectiva de certos observadores, em outras regiões onde Agostinho Lopes não é maioria, como são os casos de São Nicolau, Maio e Sal. Um problema que o líder do principal partido da oposição terá que gerir com cuidado para evitar uma convenção extraordinária, como alguns chegam a perspectivar.

SEM ASAS PARA VOAR

Guilherme tem 25 anos, vive na ilha do Sal, e tem uma história impressionante para contar. Depois de um percurso dividido entre o mundo das drogas e as tentativas de recuperação, parece que, desta vez, ele percebeu o verdadeiro sentido da vida.

Guilherme chega à praia de Santa Maria em passo apressado, numa manhã em que o sol se faz sentir mais abrasador que o habitual. Nem mesmo os óculos escuros fazem-no passar despercebido. Num ápice cumprimenta um grupo de turistas italianos e lança-se ao mar. Mais tarde, conversa com **A Semana**, e recorda uma infância difícil.

A mãe do Guilherme é angolana e o pai cabo-verdiano, da ilha do Fogo. Quando os pais se separaram, ele tinha apenas três anos de vida e essa foi a última vez que viu o rosto da mãe. “*Hoje já nem me lembro da cara dela*”, conta.

Durante algum tempo viveu com a avó paterna na ilha do Vulcão. Mas com apenas 13 anos resolve abandonar o lar. “*Sentia-me frustrado, insatisfeito, não sei explicar isto*”.

Guilherme procura qualquer coisa que ele próprio não consegue identificar. Sozinho, vai passando os dias de ilha em ilha. Infiltra-se nos barcos e as viagens acontecem, sem sobressaltos. Nestas andanças, a sua curiosidade leva-o a conhecer caras novas, e faz amigos rapidamente. Todos muito mais velhos.

O resultado não se faz esperar e aos 14 anos Guilherme já é fã do álcool puro, fuma e começa também nessa altura a consumir drogas. “*De tudo um pouco. Comecei com marijuana, depois vieram a heroína, a cocaína...*”

Um mundo maldito que não só lhe destrói a vida por completo, como acaba por lhe roubar os sonhos da idade. Contudo, ele estava longe de imaginar que se aproximava uma jornada ainda mais difícil.

SOU UM SER HUMANO

O tempo passa e Guilherme percebe pela primeira vez que não pode continuar a viver assim. É nessa altura que procura ajuda na Tenda El-Shadai. Mas a sua estada é curta no centro de recuperação de Santa Cruz. Guilherme explica: “*Tudo depende de nós. Ou queremos mudar de vida, ou não queremos. É uma decisão muito pessoal. E eu não estava decidido*”. Mesmo assim, ele não esquece a sua passagem pela Tenda: “*Estou muito grato ao Honório Fragata. Fez-me perceber que eu sou uma pessoa, um ser humano*”.

Em finais de 1996 Guilherme conhece um novo destino: a ilha do Sal. Instala-se na vila de Santa Maria, mais concretamente nas areias brancas da praia transformadas em sua nova casa. Não conhece ninguém, mas isso nem sequer é um problema. “*Tenho sempre o meu esquema, dou o meu expediente e já está. A vida não pára*”.

Guilherme conquista a simpatia dos turistas. E numa altura em que o desemprego assola também a ilha do aeroporto, ele inicia sessões de massagem pela praia de Santa Maria. Chega a cobrar 40 euros (cerca de 4 contos) por cada sessão e é bem sucedido. Diz mesmo em tom de brincadeira que as suas mãos fazem verdadeiros milagres. Mas não foi esta a vida com que sonhou, ele que um dia acreditou que seria arquiteto.

Entretanto, e porque a situação obriga, aprende italiano, inglês, espanhol. Gaba-se de falar várias línguas apesar de só ter estudado até à 4ª classe. E a propósito dessa situação, não se cansa de repetir ao longo da nossa conversa: “*Posso ter só a 4ª classe mas*

não há nenhum cursado que me ganhe”. E vai mais longe: “*Cresci com a escola da vida. Foi na rua que aprendi tudo o que sei. O bom e o mau*”.

Guilherme esteve preso por duas vezes, depois de se ter envolvido numa luta desigual. Desde então, toma vários cuidados para não passar novamente por essa experiência.

NÃO VOLTAVA ATRÁS

A certa altura, ele percebe finalmente o verdadeiro sentido da vida. Guilherme decide mudar o seu percurso e começa a dar passos firmes. Já lá vão cinco meses. Ele conta que deixou as drogas, não consome bebidas alcoólicas e até alugou um quarto. “*Estou orgulhoso porque fiz tudo sozinho, sem a ajuda de ninguém*”.

Para já, vai fazendo trabalhos de carpintaria pelos hotéis, enquanto espera dias melhores. Mas o grande objectivo da sua vida é juntar algum dinheiro e partir à procura da mãe, em Angola. Guilherme lamenta até hoje a separação dos pais e nunca saberá como seria a sua vida, se o destino não lhe tivesse pregado tantas partidas.

A conversa prossegue sem pressas, agora pelas ruas da vila, até chegarmos a uma pastelaria, onde mata a sede com um sumo de frutas. Fala com desembaraço do sofrimento que todos conhecem em Santa Maria, do desemprego, da insegurança. Guilherme é coerente no discurso, tem as ideias organizadas e não lhe notamos a sonolência de tempos passados. Com o sorriso que o caracteriza, no momento da fotografia diz que mesmo que fosse possível, “*não voltava atrás. Só tenho 25 anos. Sou muito jovem. Agora é seguir em frente*”.

As palavras deixam transparecer uma luta interior implacável. Talvez por essa personalidade tão forte, na vila de Santa Maria não há quem não saiba quem é o Tó. É assim que o tratam, carinhosamente.

Conceição Queiroz

GEOFÍSICO COMENTA ESTUDO SOBRE TSUNAMI NO ATLÂNTICO

Cabo Verde precisa fazer um levantamento dos seus picos submarinos e determinar o grau de risco que constituem para a segurança do arquipélago, segundo o geofísico Bruno Faria. Quanto à eventualidade de um tsunami violento cruzar o Atlântico, com origem nas Canárias, Faria considera esse cenário pouco provável, nos próximos tempos.

Por: KIM-ZÉ BRITO



As ondas assassinas como as de Aceh (Indonésia) têm poucas hipóteses de atingir Cabo Verde

“Sem motivo para alarmar”

São escassas as probabilidades de uma erupção vulcânica nas Canárias provocar um maremoto apocalíptico nos próximos tempos, com ondas altas e velozes, capazes de atravessar o oceano Atlântico em poucas horas. Estas previsões tranquilizadoras são do geofísico cabo-verdiano Bruno Faria. “É certo que esse fenómeno pode acontecer, mas as hipóteses são pequenas mediante as proporções previstas. Além do mais, quando um cientista usa a expressão ‘em breve’, no tempo geológico, isso poderá significar milhares de anos”, afirma o geofísico, ao comentar um estudo elaborado por um grupo de cientistas e que prevê a ocorrência de um tsunami no Atlântico, com provável origem na ilha canária de La Palma. Segundo o trabalho, as ondas iriam propagar pelo oceano e poderiam atingir 20 metros de altura ao passarem por Cabo Verde e invadir o litoral do continente americano, poucas horas depois, com metade da referida altura.

“Na realidade, ocorreu uma erupção vulcânica nessa ilha, em 1949, e verificou-se a formação de uma falha, que levou alguns cientistas a pensar que se pode tratar do deslizamento do aparelho vulcânico para o mar. Isto levou-o a calcular qual seria o pior cenário, caso esse desmoronamento para o mar viesse a ser uma realidade. Os dados publicados na imprensa especializada e na internet fazem referência exactamente a esse cenário mais nefasto”, explica o geofísico, adiantando ainda que os cientistas aventam essa hipótese partindo do princípio que, numa futura erupção — não obrigatoriamente na próxima — poderia ocorrer o desmoronamento de uma enorme

quantidade de material vulcânico para o oceano. Na pior das situações, o deslizamento de terra, caso atingisse os 500 Km cúbicos e uma velocidade de cem metros por segundo, ao cair para o mar, provocaria uma onda gigante capaz de atravessar o oceano Atlântico em nove horas.

Esta notícia, publicada nalguns media, tem provocado certa apreensão em Cabo Verde, devido à aproximação geográfica entre os dois arquipélagos e por causa do impacto das imagens televisionadas, relativas ao poder de destruição do tsunami que arrasou o sudeste asiático e atingiu parte do continente africano. Contudo, para Faria, não há motivos para alarmismo ou pânico. Até porque, como diz, tem sido feito o acompanhamento geodésico do vulcão canário e os dados publicados revelam uma situação estável, sem sinais de desmoronamento.

Por outro lado, este cientista assegura que os cálculos usados para se sustentar a simulação foram feitos mediante condições “ideais” mas que não tiveram em conta a batimetria do oceano Atlântico. “Aliás, seria muito difícil, do ponto de vista calculatório, levar-se em conta a batimetria porque ela não é conhecida e depois esse factor saturaria o sistema de cálculo. Fico céptico quanto às proporções do volume que poderá deslizar para o mar e, por conseguinte, se haverá ondas das dimensões previstas”, comenta Faria, que não deixa contudo de dar o devido valor às previsões científicas pois, como diz, chamam a atenção das autoridades para os fenómenos naturais susceptíveis de atingirem a humanidade.

Questionado se Cabo Verde deve ou não

ficar apreensivo em relação à eventualidade das suas ilhas serem arrasadas por uma onda gigante, Bruno Faria responde que as autoridades devem dirigir as suas atenções para outros riscos mais eminentes: o vulcão do Fogo e a eventualidade do arquipélago ser assolado por pequenos maremotos, com origem eventualmente no desmoronamento de picos submarinos.

“Tenho a informação de um maremoto do género que ocorreu em Cabo Verde em finais dos anos sessenta e que teve maior impacto nas ilhas de São Vicente e de Santiago. Tenho estado a tentar recolher mais dados sobre este fenómeno, mas tem sido difícil. Se conseguirmos informações seguras, podemos fazer a reconstituição desse maremoto e saber qual foi a sua origem”, explica o geofísico, técnico do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, na cidade do Mindelo, para quem é mais provável que esse movimento anormal do mar tenha sido formado pelo deslizamento de terra no fundo do mar.

Segundo as suas palavras, o mar que banha Cabo Verde tem alguns montes submarinos e seria conveniente a elaboração de um estudo que pudesse identificá-los e saber que tipo de risco podem representar para a segurança destas ilhas. “Para sabermos se um maremoto pode ocorrer”, continua o geofísico, “precisamos identificar onde estão os picos e se geologicamente são susceptíveis de deslizamento. Mas não acredito que possamos ter em Cabo Verde picos submarinos com tamanho suficiente para desencadear um maremoto da proporção do tsunami que atingiu a Ásia”.

Tsunamis não “existiam” para a protecção civil

O arquipélago cabo-verdiano encontra-se sujeito a uma multiplicidade de riscos de natureza quer natural quer humana. Entre esses fenómenos, o Serviço Nacional de Protecção Civil nem sequer tinha acrescentado os maremotos na sua lista negra. Isto foi até há duas semanas atrás, quando ainda os Tsunamis faziam parte apenas da ficção científica, pelo menos para o grosso dos cabo-verdianos.

Este tipo de maremoto, conhecido por Onda da Morte ou Onda Assassina, é “familiar” dos japoneses, que baptizaram os tsunamis. Ao longo dos tempos, várias dessas vagas gigantes destruíram aldeias litorais e portos no país do sol-nascente.

A destruição que as ondas provocaram no sudeste asiático, com um saldo aproximado de mais de 160 mil mortos, e danos materiais calculados em biliões de dólares, deram um sinal claro ao mundo sobre o poder destrutivo do mar. Diante disso, em Cabo Verde, país constituído por pequenas ilhas, a protecção civil passou a dar uma atenção especial a esse tipo de fenómeno desde que ficou também a saber da eventualidade de uma onda parecida poder cruzar o oceano deste lado. Trata-se, em suma, da notícia referente à provável erupção vulcânica na ilha de La Palma, nas Canárias.

Uma medida imediata desencadeada pela Protecção Civil foi o início da instalação, nos diversos municípios, de 17 estações HF, com 100 watts de potência para permitir uma fluidez de comunicação entre as ilhas e o centro



Cabo Verde, diz Bruno Faria

nismo”

de coordenação do SNPC, situado na cidade da Praia. A primeira unidade foi instalada na ilha Brava, a segunda em Santiago e a terceira das 17 estações será colocada ainda este mês em São Vicente.

Para o SNPC, cabe a Cabo Verde prevenir, preparar planos de evacuação e de intervenção para o caso de um tsunami, ou outra catástrofe natural, atingir estas ilhas. “*Temos de jogar à prevenção porque ninguém consegue impedir a ocorrência desses fenómenos. Agora, quem captar esse género de perigo deve lançar alertas para os países susceptíveis de serem atingidos tomarem as medidas convenientes*”, opina o major Fernandes.

O certo é que, segundo esta fonte, o país tem carências de determinados tipos de materiais e de equipamentos fundamentais nas situações de emergência de forte amplitude: macas, sacos para cadáveres, tendas de campanha, lanternas especiais, geradores, meios de comunicação, dessalinizadores de água... Um levantamento das necessidades nesse campo foi elaborado e, garante o responsável da protecção civil em Cabo Verde, o país vai aproveitar a conferência do Japão sobre a prevenção das catástrofes naturais (ver texto o lado) para submeter o projecto à apreciação da Espanha, Suíça, Luxemburgo e de outros Estados para financiamento. “*A conferência do Japão vai acontecer numa altura em que o mundo tem na mente o poder de destruição dos Tsunamis. Estamos convencidos que poderemos obter apoio para a aquisição desses meios*”, prognostica o major Fernandes.

Entre 1500 e 1995, o vulcão do Fogo entrou em erupção 26 vezes, mas somente duas

vezes pessoas morreram, uma delas devido ao desabamento de uma casa. E, quando aconteceu a mais recente expulsão de lava no Fogo, ninguém chegou a levantar sequer a eventualidade das explosões poderem desencadear um maremoto em Cabo Verde, a acreditar no major Fernandes. E, para sorte dos cabo-verdianos, o mar permaneceu sereno. Entretanto, a 26ª erupção levou o Instituto Superior Técnico de Lisboa a instalar sete estações de vigilância em Chã das Caldeiras, mas nem todas estão operacionais neste momento, devido a actos de vandalismo.

No cômputo global, o serviço de protecção civil encontra-se estruturado e montado, em Cabo Verde. Dos 17 municípios, 14 já têm os seus planos de emergência aprovados pelo SNPC e os restantes três - Praia, Santa Catarina e Porto Novo - terão a sua situação resolvida ainda este ano.

“*É bom dizê-lo, passamos a identificar mais um potencial risco contra a estabilidade destas ilhas. Temos de permanecer alerta porque somos vulneráveis ao mar. Mas podemos salientar que as Canárias dispõem de um centro de emergência avançado e estamos convencidos que a protecção civil está em condições de emitir sinais de aviso para o mundo, em caso de necessidade. Esperemos que isso nunca venha a ser preciso mas, doravante, o mundo tem de estar unido nesta matéria. O grande contrapeso será a cooperação internacional*”, afirma o major Fernandes.

Os Tsunamis entraram na ordem mundial nos últimos tempos, tamanha foi a amplitude e as consequências do maremoto no oceano Índico. Sri Lanka, a terra do chá, encontra-se na lista dos países mais atingidos por essa onda gigante. Mais de 35 mil pessoas morreram em consequência do fenómeno.

Os cingaleses residentes em São Vicente foram invadidos por um sentimento de luto e de incredulidade quando souberam a notícia do tsunami. Muitos deles não acreditaram naquilo que estavam a ouvir, mas todos pegaram no telefone para saber novidades das famílias. No final, a maioria ficou com o espírito mais descansado. Apenas um deles teve um tio morto pela força das vagas, na localidade de Goal.

“*Fiquei super impressionado com as imagens televisivas e as informações que os meus familiares me passaram do tsunami. É a primeira vez que oiço algo parecido, nunca me passou pela cabeça que uma onda do mar pudesse fazer aquilo*”, comenta um dos cingaleses, que decidiu regressar ao Sri Lanka na próxima semana, para ficar.

Fortes e velozes, os Tsunamis são ondas gigantes geradas por fenómenos como sismos, deslocação de placas tectónicas, desmoronamentos subaquáticos e explosões. Possuem um comprimento de onda que pode chegar aos mil quilómetros, com uma velocidade até oitocentos e cinquenta quilómetros por hora.

Em águas profundas, a altura dessas ondas é baixa, por isso não são percebidas pelas embarcações. Como todas as ondas, quando os Tsunamis chegam às águas rasas reduzem o seu comprimento e velocidade mas ganham altura, podendo atingir dezenas de metros.

Diversos marcos históricos são atribuídos a esses maremotos, nomeadamente o desaparecimento da Atlântida, o continente perdido, e a extinção de espécies como mamutes, tigres dentes-de-sabre, ursos das cavernas, o homem cro-magnon...

Apesar da actividade dos Tsunamis ser praticamente desconhecida em Cabo Verde, noutras partes do globo essas ondas são super conhecidas. Que o digam os japoneses e, já agora, os indonésios, cingaleses, indianos, malaios...

Vulnerabilidade leva Cabo Verde ao Japão e às Maurícias

O governo de Cabo Verde vai estar presente na Conferência Mundial sobre a Prevenção de Catástrofes, a decorrer na próxima semana, em Kobe, Japão. Esse encontro ganha especial relevância quando o mundo se encontra ainda em estado de choque, na sequência dos cerca de 160 mil mortos provocados pelo tsunami que assolou recentemente o Sul da Ásia. Paralelamente aos trabalhos, a comitiva cabo-verdiana vai desenvolver contactos para o incremento da cooperação com vários países presentes à referida reunião, chamando a atenção dos mesmos para as vulnerabilidades de Cabo Verde.

Aliás, com igual propósito, este arquipélago acaba de participar na reunião internacional que analisa a implementação do Programa para o Desenvolvimento dos Estados Insulares, que hoje termina nas Maurícias. Neste encontro a Cidade da Praia faz-se representar por uma delegação chefiada pela ministra Madalena Neves.

As alterações ambientais e climáticas, bem como as ameaças do VIH/Sida serviram de pano de fundo a esta conferência, organizada pela ONU e considerada vital para o futuro dos pequenos Estados Insulares. Isso porque, segundo notícia o site oficial do evento (www.sidsnet.org), esses países falaram à comunidade internacional, tendo em vista a busca de parcerias e de meios inovadores para resolver ou atenuar os seus problemas. “*Mais de dois mil participantes das ilhas, os tradicionais parceiros oriundos dos países doadores e de outros países, e ainda cerca de 25 chefes de Estado e de governo assistiram a esta reunião da ONU, que teve por objectivo analisar os progressos do Programa de Acção para o Desenvolvimento durável dos pequenos Estados Insulares*”, lê-se no mesmo site, que lembra ainda que o programa foi adoptado há dez anos na Conferência Mundial de Barbados.

Segundo fonte do MAAP, Cabo Verde é tido como exemplo de um Estado insular vulnerável que fez investimentos em vários sectores que lhe permitiram graduar-se em País de Desenvolvimento Médio (PDM). Ainda de acordo com a mesma fonte, a delegação cabo-verdiana fez uma exposição numa das sessões sobre o ecoturismo, tendo apresentado a experiência do arquipélago.

Vulnerabilidade ambiental, efeitos nefastos das mudanças climáticas, maior acesso às tecnologias de informação, energias renováveis, turismo viável e ainda o combate à Sida e ao paludismo, mais segurança (esta uma exigência no decurso do atentado de 11 de Setembro) foram os outros assuntos esmiuçados nos quatro dias de trabalho nas Maurícias.

Esses temas não foram escolhidos ao acaso. Vários acontecimentos, como por exemplo a tempestade que abalou o Haiti, Granada e outras ilhas das Caraíbas em 2004 e mais recentemente o tsunami que atingiu o Sul da Ásia, despertaram o mundo para a vulnerabilidade dos pequenos Estados insulares. E isso, conforme afirmou o secretário-geral, Anwarul D. Chowdhury, num mundo marcado, cada vez mais, por uma crescente interdependência porque a economia das ilhas se revela extremamente vulnerável no plano comercial por causa da pobreza dos seus mercados de exportação.

A vulnerabilidade dos pequenos Estados é também preocupação do fórum internacional sobre as catástrofes que começa na segunda-feira, em Kobe, Japão, e no qual Cabo Verde se faz representar, desta feita, por uma delegação chefiada pelo ministro da Defesa, Armindo Maurício, e que integra o presidente do Serviço Nacional da Protecção Civil (SNPC), major Alberto Carlos Barbosa Fernandes.

Esta missão conta aproveitar os seus cinco minutos - este o tempo concedido a cada um dos mais de 200 países convidados à CMPC - para falar da organização e funcionamento do Serviço Nacional da Protecção Civil, das conquistas alcançadas, dos constrangimentos e das limitações ainda existentes no país. É que, segundo as nossas fontes, Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica e sem recursos para fazer face a eventuais situações de emergência, resultantes de calamidades naturais.

Paralelamente à conferência, a Cidade da Praia prevê contactar alguns dos participantes de modo a mobilizar apoios a seu favor. “*Estão em curso iniciativas diplomáticas junto das autoridades japonesas e os outros países presentes na conferência para o incremento, por um lado, da cooperação a nível da protecção civil e, por outro, reforçar a cooperação bilateral existente entre Cabo Verde e os governos dos referidos Estados*”, perspectiva o ministro da Defesa.

A Conferência Mundial sobre a Prevenção de Catástrofes acontece, segundo o presidente do SNPC, num momento em que o mundo se encontra em estado de choque, depois de o tsunami que assolou recentemente o Sul da Ásia, ter provocado perto de 160 mil mortes e danos materiais incalculáveis.

O encontro, que acontece de 10 em 10 anos, realiza-se de 18 a 22 deste mês, em Kobe, com a presença de mais de 200 nações. O mesmo terá como objectivo principal sensibilizar os presentes sobre a necessidade de todos os Estados-membros passarem a dispor do seu Serviço de Protecção Civil para minimizar os efeitos de eventuais catástrofes e estabelecer as perspectivas futuras seja em matéria de prevenção, seja quanto às consequências desse fenómeno.

A próxima CMPC vai também fazer o balanço sobre o cumprimento da resolução da última conferência mundial, realizada em 1995, na cidade também japonesa de Yokohama. Esta havia recomendado que cada Estado membro devia, entre outros, ter o seu plano nacional, regional e municipal de emergência. A mesma instância tinha igualmente recomendado que, em vez de uma atitude de “*esperar para actuar*”, os países deviam apostar na prevenção das catástrofes, informando e educando as populações tanto acerca das respectivas causas quanto acerca das suas consequências.

ADP/CP



Criada Fundação Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

Um grupo de quadros, de vários ramos do saber, acaba de criar, na Praia, a Fundação Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento. A FCTD, como se designa, tem por objectivo desenvolver a ciência e a tecnologia, incluindo as de carácter educacional, através da promoção do ensino a todos os níveis. José Luís Livramento, antigo ministro da Educação, encabeça a comissão instaladora da novel fundação.

A iniciativa foi tomada pública depois de uma reunião, no dia 11, de um grupo de 19 quadros superiores, de diferentes ramos do saber. Durante o encontro ficou definida a comissão instaladora da FCTD, constituída por José Luís Livramento, José António Moreno e Paula Almeida, tendo esta como tarefa principal elaborar os termos de referência da referida comissão, estabelecer um plano de actuação e promover as diligências no sentido do reconhecimento público da FCTD.

Conforme o projecto dos estatutos aprovado, os fins da fundação são científicos e tecnológicos, incluindo os de carácter educacional, mediante a promoção do ensino em todos os seus graus, bem como da pesquisa científica aplicada e desenvolvimento experimental.

Para atingir tais objectivos, a FCTD perspectiva desenvolver formação de elevado nível de exigência nos campos científicos e tecnológicos, isto no quadro de processos diversificados de ensino-aprendizagem e de difusão de conhecimentos. Vai realizar actividades de pesquisa, investigação aplicada e desenvolvimento experimental, promover e fomentar a inovação, a criatividade e o gosto pelas ciências exactas e prestar serviços à comunidade, numa perspectiva de valorizar e desenvolver o desenvolvimento nacional e regional.

A nova fundação elege também como objectivo promover e difundir novas tecnologias, organizar ou apoiar iniciativas que se insiram nos seus fins gerais, nomeadamente conferências, seminários, colóquios, congressos, reuniões, exposições e demais acções ou manifestações idênticas, bem como editar livros e outras publicações. Pretende ainda promover actividades que possibilitem a consciência, o estudo e o respeito pelo ambiente e iniciativas em prol da cooperação e do intercâmbio com organismos e instituições congêneres, entidades singulares ou colectivas, públicas ou privadas, tanto a nível nacional como no plano internacional.

De acordo com as nossas fontes, a FCTD terá a sua sede na cidade da Praia, podendo criar delegações ou outras formas de representação no país ou no estrangeiro.

ADP



Greve na TACV

Caso não houver alteração de última hora, o dia de hoje deve ficar marcado pela greve do pessoal de cabine da TACV. Esta paralisação, que deverá terminar às 24 horas do dia 16, domingo, e que afecta todos os voos domésticos, regionais e internacionais, apenas garante como serviço mínimo os casos de evacuação de doentes e a cedência de um tripulante para os voos inter-ilhas.

Isto porque os dois dias de negociações entre a Direcção-Geral do Trabalho, o Conselho de Administração da TACV e o PNC mostraram-se infrutíferos. Prova disso é que a desde às zero horas de hoje que os comissários e assistentes de bordo da TACV estão de braços cruzados, garantindo apenas os serviços mínimos previstos na lei.

O Sitthur e a Associação de Comissários e Assistentes de Bordo, que repre-

sentam os grevistas, justificam esta acção com o incumprimento sistemático pela administração da TACV dos vários convénios assinados, entre os quais o acordo de "adequação salarial" e o memorando de entendimento, rubricado em Dezembro de 2000.

Este acordo de há mais de quatro anos fala, por exemplo, na actualização salarial do pessoal de cabine devido ao aumento da carga horária (de 420 para 660 horas anuais de voo), nova carreira, clarificação do período de trabalho, senhas de refeição, equidade na distribuição das horas de voo e criação de um espaço de diálogo entre a TACV e o pessoal de navegação e cabine.

Entretanto, após várias rondas negociais, dizem os comissários e assistentes de bordo, tudo continua na mesma. "Em 2002, já com nova administração, con-

tinuámos as tentativas de negociação onde a mesma pediu mais tempo. Sem conseguir nada, a TACV mudou de administradores em 2003 mais uma vez, pelo que recomeçámos o processo de negociação do memorando. Mas a resposta foi exactamente a mesma da dos anteriores administradores. E, enquanto aguardávamos uma posição favorável da administração da TACV, fomos confrontados com a tentativa por parte da empresa em agravar, uma vez mais, a nossa carga horária, ao mesmo tempo que vários tripulantes de cabine recebiam ameaças de despedimento", justifica a ACAB em comunicado público.

Do lado da empresa até o fecho desta edição, **A Semana** não conhecia a sua posição visto que a administração da TACV somente ontem se dispunha a falar à imprensa acerca deste assunto.

Open Society estreia-se em Cabo Verde

A OSIWA, ramo para a África Ocidental da Fundação Open Society, do multimilionário George Soros, fez esta semana a sua estreia em Cabo Verde. Com sede em Dakar e um orçamento de 10 milhões de dólares, ela conta patrocinar, doravante, neste arquipélago iniciativas que visem a democracia, o desenvolvimento comunitário, humano e local, bem como a luta contra o sida, a promoção dos media, etc.

Segundo a guineense Julieta Mendes, membro do conselho de administração da Osiwa, esta entidade, visa promover "sociedades abertas" e trabalha presentemente em mais de 60 países dos vários continentes. "No caso concreto de Cabo Verde, sabemos que há áreas em que este país está muito mais avançado que outros países da CEDEAO, ainda assim, há desafios importantes e queremos saber como actuar".

A Osiwa quer estar presente nos 18 países da CEDEAO, inclusive Cabo Verde. Este arquipélago poderá, a partir deste ano, ser contemplado pelo programa dessa fundação, segundo deixaram entender os seus responsáveis presentes no encontro da Praia, realizado sob a coordenação da Organização das Mulheres Juristas.

Segundo Solange Lisboa Ramos, da OMJ, numa primeira fase, a Osiwa pretende apoiar pontualmente projectos oriundos de Cabo Verde, para num segundo momento estabelecer-se neste arquipélago através, por exemplo, de uma antena. "Tratou-se de uma boa iniciativa; os participantes gostaram muito, dadas as perspectivas que se abrem ao país", afirmou.

Participaram nesse evento várias entidades e organismos da sociedade civil, nomeadamente ONG's, organizações e associações comunitárias, etc., bem como representantes do poder público, nomeadamente da Assembleia Nacional, ministérios da Justiça e da Saúde, etc.

A Osiwa é integrante da Open Society, fundação criada nos anos oitenta pelo multimilionário George Soros, húngaro naturalizado americano, que destinou uma parte da sua fortuna para a promoção da democracia e das sociedades abertas a partir de uma sugestão do filósofo inglês Karl Popper. Aliás, a expressão "sociedade aberta" é da autoria de Popper e foi retomada por Soros como uma homenagem ao seu mentor inglês.



INOCÊNCIO EM SANTO ANTÃO

Nas diversas localidades por onde passou durante a estada esta semana em Santo Antão, o ministro do Estado, Infra-estruturas e Transportes deixou claro que este ano o seu Ministério abrirá os cordões à bolsa. Desde logo, Manuel Inocêncio Sousa não só disponibilizou 40 mil contos às três Câmaras Municipais e a algumas associações daquela ilha para reparar rodovias e construir novos troços de estrada, como também lançou a primeira pedra da via alternativa de acesso ao cais do Porto Novo. Apesar das boas novas, a visita não escapou à polémica com o edil da Ribeira Grande, Orlando Delgado, a acusar o ministro de o querer “silenciar” no seu próprio concelho.



MIT lança as bases do “ano de infra-estrutura”

Dos vários contratos assinados durante a visita do ministro Manuel Inocêncio Sousa a Santo Antão, destaca-se aquele que vai permitir aos moradores de Ribeirinha de Jorge deixarem de andar centenas de metros a pé para ter acesso ao transporte rodoviário. Não é que tenha sido o contrato de maior valor monetário, mas porque daqui a cinco meses aquela gente finalmente verá concluído o troço de estrada que fora iniciado na longínqua década de 60 do século passado e nunca foi retomado.

E, tal como os moradores de Ribeirinha de Jorge, os utentes do cais do Porto Novo tiveram também motivos para sorrir já que foi lançada a primeira pedra da via alternativa de acesso àquela infra-estrutura. Há muito reclamada, esta obra, que custará cerca de 50 mil contos, constitui “apenas uma intervenção de urgência para descongestionar o acesso, pois tão logo a Enapor vai iniciar um estudo de desenvolvimento desse porto para adaptá-lo às novas exigências dos transportes marítimos que adoptam o sistema roll on/roll off”, de acordo com Manuel Inocêncio Sousa em entrevista a *A Semana*.

Num sinal claro de que este ano abrirá os cordões à bolsa, o MIT assinou contratos-programa não só com as três Câmaras Municipais para reparar algumas vias, como também associações comunitárias para construir acessos a diferentes zonas da ilha. Um valor total de 40 mil contos, disponibilizados para

“resolver problemas concretos das comunidades de Ribeirinha, Chã de Pedra, Ribeirão Campo de Cão e Tarrafal de Monte Trigo, melhorando a condição de vida do homem santantonense”, conforme o ministro foi dizendo nas suas curtas intervenções.

Na verdade, os troços de estrada a serem construídos vão permitir aos residentes do Covão, em Tarrafal de Monte Trigo, e de outras localidades terem a hipótese de transportar os produtos agrícolas para o mercado consumidor sem percorrer declives íngremes a pé. São, assim, “pequenas obras” que têm grande valor para aqueles que, apesar de possuírem energia eléctrica na residência, ainda não tiveram a possibilidade de ter uma viatura a parar-lhes à porta de casa.

Por esse motivo, na hora de assinatura dos contratos-programa viram-se muitas caras sorridentes, de moradores que se congratulam com a contribuição financeira do MIT para as obras a serem executadas por associações comunitárias. Foi num desses actos que o jovem Rosendo, presidente da associação AMAFAJÁ que vai executar a obra na Ribeirinha de Jorge, com um simples: “Vá descansado Sr. ministro porque tudo está entregue em boas mãos”, reiterou o firme propósito de todos trabalharem para o sucesso dos projectos.

Animado com essa recepção, Manuel Inocêncio referiu logo que o seu Ministério tem “em carteira projectos de vulto para ar-

rancar durante o ano 2005”, cujos investimentos devem ultrapassar os oito milhões de contos. Neste pacote incluem-se a modernização dos aeroportos da Boa Vista e de São Vicente, a estrada que ligará a cidade da Praia a São Domingos, a reabilitação do anel do Fogo e outras vias em quase todo o país. Obras essas que, além dos benefícios para o desenvolvimento integrado das ilhas de Cabo Verde, vão criar centenas de postos de trabalho.

POLÉMICA HABITUAL

Entretanto, sobre a euforia pelas boas novas caiu um balde de água fria que foi a declaração do edil da Ribeira Grande, acusando Manuel Inocêncio Sousa de o querer silenciar no seu próprio concelho. Orlando Delgado fez tal desabafo depois de, nos actos de assinatura dos contratos entre o MIT e três associações comunitárias da Ribeira Grande, lhe terem “negado a palavra”.

Uma polémica que se vai tornando, perigosamente, habitual quando um membro do governo de José Maria Neves se desloca a Santo Antão para lançar um projecto de impacto social. É que pelo clima de crispação política - infelizmente, ainda muito sentida por aquelas bandas - qualquer coisa se transforma num motivo de disputa política, sobretudo quando se trata de protagonizar um acto que pode render prestígio e/ou votos.

No caso concreto desta semana, Orlando

Delgado fez questão de acompanhar a comitiva do MIT na deslocação a todas as localidades na Ribeira Grande. Mas logo começou a sentir um clima de “mal-estar” quando nas cerimónias de assinatura dos contratos o edil não era convidado a falar. Chegou a ser “desconfortável” o facto de o apresentador do projecto na Ribeirinha de Jorge nem sequer anunciar a presença do autarca, apesar deste estar mesmo à sua frente.

Uma situação notada por alguns presentes que, de pronto, puseram-se a comentar. Só que, segundo análise de uma fonte do *A Semana*, isso não era motivo suficiente para Delgado “descarregar em cima do ministro”. Ele poderia até reclamar porque não lhe foi dada a palavra durante as cerimónias, mas deveria fazer isso com os organizadores dos actos. Penso mesmo que nisso o ministro não terá culpa.

De todo o modo, esta não foi a primeira vez que os autarcas da Ribeira Grande reclamam do procedimento de Manuel Inocêncio Sousa. Já no acto de lançamento da obra do liceu Coculi, o ministro foi acusado também de querer “silenciar” Jorge Santos, ex-autarca da Ribeira Grande. Um caso muito mediático que levou aquele governante a explicar-se no Parlamento. Ao que parece, desta vez, Inocêncio terá preferido remeter-se ao silêncio, talvez esperando a altura certa para responder ao edil da Ribeira Grande.

João Almeida Medina

Sexta-feira, 14 de Janeiro de 2005

Correio das ilhas

CABO VERDE volta a atrair as atenções internacionais

Mais passageiros, cargas e aeronaves demandam o país

Os aeroportos de Cabo Verde registaram em 2004 um crescimento acima dos 13 por cento, sobretudo a nível do tráfego de passageiros. O aeroporto do Sal, por exemplo, apresentou um incremento de 21,43% em relação a 2004, ultrapassando pela primeira vez nos seus 55 anos a histórica barreira de um milhão de passageiros. Para isso contribuiu, no entender do presidente do Conselho de Administração da ASA, Mário Paixão, a melhoria do clima mundial após os acontecimentos do 11 de Setembro e as acções no plano político para incentivar o tráfego turístico com destino a Cabo Verde.

A revisão do acordo aéreo entre Cabo Verde e Portugal, em Março de 2004, abriu as portas à realização de operações aéreas não-regulares, isto é, de voos *charters*, entre

Lisboa e Sal e o interesse de mais companhias aéreas, para além da TAP e da TACV, em operar entre os dois países muito contribuiu para o crescimento destes números. É assim que, em Abril de 2004, a Air Luxor, que dispõe de uma base de aviação executiva na ilha do aeroporto, iniciou os seus voos *charters* semanais entre Lisboa e Sal, em cooperação com a Soltrópico e com hoteleiros do Sal, Praia e São Vicente.

“Foram ainda desencadeadas acções de promoção de pacotes turísticos para Cabo Verde, a preços muito competitivos, com preços mínimos de 400 euros, transporte e hotel incluídos. Entretanto, a Itália continua a ser o principal mercado emissor de turistas para Cabo Verde, detendo, em 2003, um peso relativo de 43%, ou seja 54.000 turistas, con-

tra 24.000 portugueses, cerca de 19%. As operadoras aéreas que mais contribuíram para o crescimento do tráfego foram a TACV, TAP, South African Airways, Neos, Livingston, Air Luxor e TAAG”, frisa Paixão.

Relativamente ao movimento de cargas, registou-se uma melhoria de 1,22% em relação a 2003, representando cerca de cinco mil toneladas em todos os aeroportos do arquipélago, dos quais mais de três mil toneladas passaram pelo Aeroporto Amílcar Cabral. Já a actividade dos correios manteve-se praticamente inalterada (-0,8%), enquanto que o trânsito de aeronaves na FIR Oceânica do Sal assinalou um bom resultado, passando dos 26.142 para os 29.800 sobrevoos, com um crescimento de 14%.

Constância de Pina

Vendedor acusa Câmara de S. Vicente de "amiguismo"

Há dois anos e meio que José Monteiro e mulher exploram um espaço comercial no mercado da Ribeirinha, em São Vicente. Ela começou como vendedora de hortaliças na rua, mas o dono de uma pedra, que não conseguia fazer o seu negócio, decidiu arrendar-lhes o espaço. Hoje, depois de se terem endividado para abastecer a loja, chegas-lhe o alegado proprietário do espaço que exige a anulação da combinação. Sem ter mais a quem recorrer, Monteiro procurou a Câmara Municipal. E já lá vão quatro meses, sem respostas, facto que leva aquele cidadão a acusar a edilidade de "amiguismo" porque, enquanto autoridade, não consegue tomar uma decisão sobre o processo.

José Monteiro conta que paga uma renda mensal de 4.500 escudos ao dono do espaço há dois anos e meio e mais 1.500 escudos por dia ao município. Para viabilizar o negócio, a família recorreu à banca e abasteceu a loja. "Quando o locatário percebeu como ficou, exigiu a anulação do contrato verbal de arrendamento. Recorremos à CM, que é dona do mercado, porque fizemos investimentos e estamos comprometidos com a banca, inclusive neste momento estamos com dificuldades para pagar o empréstimo porque, entretanto, o negócio está suspenso", diz.

Foi, aliás, um funcionário da CM, que se inteirou deste processo e que garantiu a Monteiro que o locatário não podia exigir o espaço naquelas condições e, por sua iniciativa, denunciou o caso ao poder local. "Foram investigar e descobriram que o espaço tinha sido cedido, de facto, a uma senhora que está com 90 anos e não sabem explicar como é que agora aparece outra pessoa como proprietário e a subalugá-lo por um preço superior ao cobrado pelo município, que é de 1500 escudos/mês", revela.

Monteiro afirma ter sido recebido pelo vereador que responde pela área do Comércio, que prometeu resolver o assunto, após o término dos trabalhos de pintura do mercado. E já lá vão quatro meses e um vaivém interminável entre a CM e o mercado da Ribeirinha, sem respostas concretas. "Na última terça-feira, 11, o responsável pelo mercado foi à CM dizer ao vereador que não se responsabiliza se o espaço me for atribuído, porque acontecem muitas brigas no meu estabelecimento", assegura este vendedor, para quem fica difícil aceitar esta posição desse responsável, porque esconde outros interesses.

Ou então, completa, fica claro que a CM beneficia alguns em detrimento de outros, o que justifica esta atitude de indefinição que já os obrigou a entregar a casa onde a família residia por causa de atrasos no pagamento da renda e a ir viver numa casa de bidões de óleo de um único cómodo - são oito pessoas, entre crianças e adultos -, sem as mínimas condições. E correm o risco de serem denunciados pela banca, pelo mesmo motivo.

Sobre esta polémica, o vereador João Santos admite que cogitou a hipótese de atribuir o espaço à família de José Monteiro, mas, antes, pedira um parecer ao fiscal responsável pelo mercado, e foi informado que o casal está permanentemente em conflito pelo que suspendeu todo o processo. Quanto à acusação de Monteiro de que haverá outras motivações por detrás do parecer negativo do fiscal, Santos sustenta que age mediante a apresentação de provas.

CP



Alemanha financia conservação de recursos naturais no Fogo

A Alemanha já disponibilizou 5,98 milhões de euros para financiar a primeira fase do projecto de Protecção dos Recursos Naturais do Fogo (PRNF), cujo arranque se prevê para Fevereiro deste ano. A ocupar a zona noroeste da ilha, o PRNF visa desenvolver actividades agro-silvo-pastoris, proteger os ecossistemas existentes e criar infra-estruturas que melhorem o desempenho do sector local da agricultura e pecuária.

O delegado local do Ministério de Ambiente, Agricultura e Pescas explica que o PRNF1 é financiado pela cooperação alemã no montante de 5,98 milhões de euros e garante que arrancará a partir de Fevereiro deste ano. João Gonçalves avança que já foi lançado o concurso para ser seleccionada a empresa que irá realizar o estudo de viabilidade técnica e económica para a construção da estrada que liga Chã das Caldeiras à Ribeira Filipe, passando por Campanas de Cima ou por Campanhas de Cima e Campanas de Baixo, simultaneamente. "Tudo com o objectivo de potenciar o desenvolvimento da agricultura, pecuária e floresta nessas zonas altas de difícil acesso. Além da sua im-

portância em termos da mobilidade de meios no âmbito da protecção civil, tais actividades terão grande impacto no desenvolvimento turístico do Fogo".

Gonçalves acrescenta que o estudo em causa irá ainda abarcar a construção de uma via de acesso entre o Concelho dos Mosteiros e as zonas altas de produção de café que se estendem até à localidade de Cocho, bem como a melhoria do caminho vicinal que vai até à floresta de Monte Velha. "Isto tudo, com o fim de valorizar as potencialidades económicas dessas zonas, aumentando assim a produção de café, fruteiras, entre outras culturas ali existentes".

É que, conforme o MAAP, o PRNF1 será desenvolvido na zona noroeste do Fogo, ou seja, na faixa húmida e sub-húmida que vai desde o perímetro florestal de Monte Velha, passando pelas zonas altas de Monte Grande, Lagariça, Campanas e até às encostas da Bordeira, em redor da cratera do vulcão. O mesmo irá beneficiar um total de oito mil pessoas dessa área, que dependem essencialmente da agricultura e criação de gado. "O número total de beneficiários a abranger

pelas actividades do projecto está estimado em mais de 1.450 famílias, reunindo mais de 8000 beneficiários. Estes, na sua quase totalidade, praticam a agricultura de sequeiro, associada à actividade pecuária familiar. A maioria destes camponeses está organizada em mais de 15 associações comunitárias, que são os principais parceiros da execução do PRNF1".

João Gonçalves conclui que a Protecção dos Recursos Naturais do Fogo visa, de uma forma global, inverter o processo de desertificação, através da conservação e do uso sustentável do solo, da água e da vegetação. Isto para além de contribuir para a melhoria das condições de vida das populações-alvo, mediante o aumento da qualidade e da base produtiva dos recursos agro-silvo-pastoris das áreas abrangidas.

O PRNF1 será executado durante um período de três anos, aproximadamente. Além do seu financiamento pela Alemanha, através de Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), o citado projecto conta com a participação do Estado de Cabo Verde.

Alirio Dias de Pina

Edifício do ex-Comando Naval de cara nova

Cerca de 30 mil contos estão a ser gastos na reabilitação do emblemático edifício do ex-Comando Naval, na Avenida Marginal, em São Vicente. Com esta verba, que está inscrita no orçamento da Direcção-Geral de Marinha e Portos para 2004, pretende-se dar uma cara nova a esta avenida do Mindelo, além de valorizar esta infra-estrutura que em tempos albergou o Comando da Marinha Portuguesa de Cabo Verde e Guiné.

As obras do edifício do ex-Comando Naval, onde hoje estão os estúdios da Rádio de Cabo Verde, a Capitania dos Portos de Barlavento, a Direcção-Geral de Marinha e Portos e o Ministério da Educação, começaram a ser executadas pela empresa Proconstrói e deverão estar concluídas em Março. O ministro das Infra-estruturas e Transportes, Manuel Inocêncio Sousa, explica que o projecto de reabilitação deste prédio prevê a substituição dos sistemas de esgotos, ligação eléctrica, rede de distribuição de água, pavimento e tectos. "A iniciativa desta obra partiu da DGMP. O objectivo é renovar este edifício, emblemático para São Vicente e para Cabo Verde, que estava bastante degrada-

do", afirma este responsável.

Esta é uma reabilitação que vale a pena, segundo Inocêncio, porque mudará a paisagem visual da Avenida Marginal e valorizará este edifício pertencente ao Estado de Cabo Verde. "O edifício foi construído na década de 60 para instalar o Comando da Marinha Portuguesa que cobria a região, mais concretamente Cabo Verde e Guiné-Bissau. Em simultâneo, construíram várias residências na zona da Ribeira de Julião, ou se quiser em Chã de Marinha para alojar os oficiais que fixavam residência no país. Era um dos edifícios mais modernos de São Vicente na altura. Com a independência foi transferido para o Estado de Cabo Verde e, infelizmente, só agora conseguimos verba suficiente para reabilitá-lo", completa o ministro das Infra-estruturas.

Enquanto isso, alguns serviços que funcionavam neste prédio de quatro pisos, nomeadamente os escritórios da RCV e a Capitania dos Portos, foram transferidos, a título provisório, para o Centro Cultural do Mindelo e o edifício anexo da DGMP. Já o Ministério da Educação foi deslocado para o ex-liceu velho.

Constância de Pina

Ofendida por deputado e despedida pelo patrão

Maria Auxília Brito, ex-funcionária do restaurante-bar Plaza Park, procurou **A Semana** para denunciar as duras ofensas de que diz ter sido vítima por parte de José Filomeno Monteiro, deputado do MpD, a que se seguiu ser despedida por João Baessa, proprietário do estabelecimento onde ela trabalhava. Mas os visados desmentem-na.

Segundo Maria Auxília Brito, na tarde de 26 de Dezembro, encontrava-se no seu local de trabalho a cumprir o seu dever, quando foi ofendida, injuriada e desrespeitada por um cliente habitual da casa, que costumam tratar por Sr. Zé Filomeno - i.e. José Filomeno Monteiro, deputado do MpD e até há pouco tempo vice-presidente desse partido.

Auxília relata que *"tudo começou quando estava a limpar a mesa e ele pediu-me o pano para ser ele a limpar e recusei visto que se tratava das minhas funções. Depois ele pediu-me para lhe mostrar as cuecas. Respondi-lhe que só fazia isso para o meu companheiro. Daí o Sr. Zé Filomeno começou a chamar-me de nomes indecentes (puta, cachorra, cornenta). Tentei várias vezes que ele parasse, mas de nada adiantou. Então fui chamar o patrão que se encontrava no seu escritório e disse-lhe o que se passava, mas ele não reagiu a tais ofensas e pediu-me para ter calma. Fiquei a chorar porque não podia fazer nada no momento"*.

Maria Auxília Brito alega que tudo isso aconteceu na presença de mais dois colegas



MARIA AUXÍLIA DIZ-SE OFENDIDA PELO DEPUTADO JOSÉ FILOMENO

de trabalho, Delfim e Mena. (Contactado pelo nosso jornal, Delfim mostrou-se cauteloso nas palavras, dizendo não saber de nada, porque não ouviu as trocas de palavras entre ambos).

Indignada com a situação, Brito diz ter pedido ajuda à Associação das Mulheres mas esta não pôde fazer nada porque a agressão não foi física, mas verbal. Mãe de três filhos e agora desempregada, ela diz que apenas quer defender a sua honra e reputação e que José Filomeno Monteiro devia ler consciência dos seus actos, passando a respeitar as mulheres e pessoas de baixo estatuto social.

Acrescenta ainda que não é a primeira vez que aquele cidadão ofende as funcionárias do "Plaza".

João Baessa tem, no entanto, versão diferente quanto ao despedimento de Maria Auxília. Conforme ele, a sua ex-empregada estava a trabalhar à experiência e tinha apenas sete dias de função. *"Ela foi despedida porque o seu trabalho não justificou a sua permanência. O seu problema com o Sr. Zé não tem nada a ver com o Plaza. Todos os clientes são importantes, assim como os funcionários"*.

José Filomeno Monteiro desmente, por seu turno, tudo o que foi dito por Auxília Brito, dizendo que ela foi *"absolutamente excessiva"*. E diz que nunca proferiu os insultos referidos por essa cidadã, até porque estava sentado à mesa com uma senhora amiga. Segundo ele, chamou a atenção de Auxília por ter demora-

do mais de 30 minutos a limpar uma mesa ao lado. A sua impressão é que Auxília estava a escutar a sua conversa com a tal amiga. Então pediu o pano para ser ele próprio a limpar a mesa, o que ela recusou e depois surgiu a discussão. *"Foi a segunda vez que tinha visto a Auxília e nunca disse-lhe nomes indecentes"*, garante.

Quanto ao episódio das cuecas, Monteiro diz que *"a empregada teve um comportamento indecente pela própria forma de baixar"* e diz ainda não querer dar pormenores por se tratar de uma senhora.

Aidê Carvalho

BRUMA-SECA "ATÍCA" CLIENTE CONTRA TACV

Director acusado de deselegância

A bruma-seca, que tantos dissabores tem provocado aos passageiros, esteve na base de um desentendimento entre Eduísa Ferreira, *"uma eterna cliente da TACV"*, e esta transportadora. A funcionária da CV Telecom teve um diálogo aceso, via telefone, com o director comercial da companhia aérea e sentiu-se atingida com a *"falta de elegância e de compreensão"* alegadamente revelada por Raul Andrade.

Tudo aquilo que Eduísa Ferreira queria era enviar os dois sobrinhos de volta à cidade da Praia. Tinham passado o S. Silvestre em S. Vicente, mas a fraca visibilidade baralhou-lhes os planos. *"No dia em que devia viajar havia bruma mas, como não tinha saído à rua, nem reparei nisso. Perto da hora do voo, o meu marido aconselhou-me a contactar o aeroporto. Do aeroporto informaram-me que o voo estava cancelado. Fui bem atendida e deram-me um outro número para falar com o pessoal da TACV. Uma senhora pediu-me para ficar a ligar de meia em meia hora para saber se havia mudança de planos"*, conta Ferreira, que afirma ter passado o tempo a discar. Por causa disso, os sobrinhos ficaram acordados até de madrugada, na expectativa de poder viajar.

No dia seguinte, a técnica da CVT e um dos sobrinhos passaram o tempo também pendurados ao telefone. Até que o rapaz foi informado que havia um voo e que devia tentar a sorte no aeroporto. Só que o avião já estava cheio. Entretanto, surgiu um novo voo. E, novamente, de nada valeu correr para S. Pedro.

Chateada, Ferreira decide telefonar para a sede da TACV, na capital, e a telefonista coloca-a em contacto com Raul Andrade. *"De início não sabia quem ele era, qual a função que exerce na TACV. Expliquei-lhe o meu problema e ele respondeu-me que o culpado era o 'pó di terra' e que a companhia só se responsabilizaria por danos em caso de avaria dos aparelhos"*, conta Ferreira, que terá lembrado ao seu interlocutor que cabia à TACV arranjar alternativa de escoamento dos seus clientes. *"Aí, ele respondeu-me que havia uma alternativa - a Cabo Verde Express. E que alugasse um avião da CVE, caso quisesse tirar os meus sobrinhos de S. Vicente"*, prossegue Ferreira, que considerou esse comentário um *"autêntico gozo"* de Andrade. *"Pedi-lhe desculpas pelo tempo roubado e desliguei o telefone"*, acrescenta a nossa fonte, para quem *"a TACV jamais poderá sair da cepa torta com chefes do género"*.

Momentos depois de ter tido essa conversa com Andrade, Ferreira recebeu uma chamada da TACV a informá-la de que os sobrinhos poderiam viajar num voo a seguir. Contudo, Ferreira manteve-se incomformada com o tratamento recebido da sua *"eterna companhia aérea"*. Como diz, ela, o marido e os sobrinhos passaram por transtornos durante dois dias e tiveram despesas com o transporte para o aeroporto e o telefone. Por esta e outras razões achou conveniente relatar este facto à imprensa, pois considera uma deselegância a forma como foi tratada por esse responsável da TACV.

Contactado para rebater a versão de Eduísa Ferreira, Raul Andrade limitou-se a afirmar que não comenta as *"baboseiras dessa senhora, e de ninguém, na comunicação social"*. KzB

Sexta-feira, 14 de Janeiro de 2005

Correio das ilhas

STRIP-TEASE

é de novo polémica no Sal

O *strip-tease* foi, mais uma vez, notícia e polémica na ilha do Sal. Quando um grupo de animação resolveu brindar os seus convidados, numa festa de final de ano, com um *"show surpresa"*. Só que o grupo não terá contado com a repercussão da mesma. Como é normal, houve quem vibrasse com o espectáculo, e quem se tenha mostrado indignados porque havia menores entre os espectadores. E dizem as testemunhas, apesar de conservarem ela o seu fio dental e ele o boxer, o *show* da dupla de strippers proporcionou fortes emoções, porém impróprias.

É que na festa estavam muitos menores de idade. Aliás, *"mesmo entre os adultos, há quem não goste. Eu achei que o pessoal foi muito além... Teve momentos em que a jovem se despiu, fez e aconteceu e o pessoal metendo a mão... Eu vi até gente com a cabeça no meio das pernas dela..."*, conta Tarcísio, 26 anos.

O *strip* foi protagonizado por um par que costumava dançar num pub em Santa Maria,

antes da proibição da CM do Sal. Algumas testemunhas contam que a dupla, isolada numa jaula preparada especialmente para o *show*, simulava actos sexuais e houve até quem jurasse que a boca da moça chegou a fazer *"contacto imediato do terceiro grau com a parte frontal do boxer preto do rapaz"*.

Tarcísio mostra-se preocupado, porque na hora *"todo o mundo gostou, bateu palmas, mas depois, passado o efeito do álcool, as pessoas deram-se conta que aquilo é uma situação má."*

Glória Santos, mãe de uma jovem de 17 anos que esteve na festa, ficou a saber do tal *show* dias depois através de terceiros. Mostra-se chocada, enquanto a filha acha tudo *"uma coisa normal"*. Para a mãe, se nessas festas já se faz *strip*, *"coisas piores podem acontecer, e eu não quero a minha filha naquele rumo. Em festa deles, ela não vai mais"*, conclui.

E a julgar pelo depoimento de algumas menores, outras mães têm mesmo razão para se preocuparem. *"Eu gostei,*

achei, bonito, eles faziam umas posições bonitas, deu até vontade de fazer também", palavras de uma menina que fazia 16 anos. Questionada se faria uma dança de *strip*, ela respondeu que só não o faria *"porque a minha mãe me esganava se eu mostrasse o meu corpo assim"*.

Uma outra participante de 16 anos disse ter adorado o rebolado do rapaz. *"Ele tem uma forma sensual de rebolar. A festa foi diferente, bem animada"*. No entanto, a mesma diz que não faria algo parecido em público. *"Poderia até, no meio de amigos, fazer uns passos sensuais, mas não chegar ao ponto de tirar a roupa"*.

Moacir, 20 anos, dá o seu recado à Câmara, de que a proibição de *strip tease* no Pub "A Caverna", *"ka tem nada a ver"* e que o presidente deveria se preocupar mais com as coisas que *"verdadeiramente interessam"*.

O Juiz de Comarca do Sal, Faustino Monteiro, esclarece a essas pessoas que a menoridade civil, que vai até à véspera dos 18 anos, é independente da menoridade criminal, que vai até

à véspera dos 16 anos.

Enquanto isso, o vereador Nelson Évora, que disse desconhecer a realização da referida festa, mostra-se apreensivo. *"Se de facto aconteceu isto, as pessoas estão a ser oportunistas. Porque jovens e adolescentes são facilmente aliciáveis"*.

O comandante da POP na ilha, José João de Pina, também mostrou desconhecimento e respondeu que *"se calhar"* não havia agentes no local, já que não se lembra de ter chegado ao seu conhecimento nenhuma solicitação da CM. Local esse, onde conforme foi apurado, até houve brigas.

Cabe à edilidade conceder as licenças para quaisquer actividades públicas, bem como solicitar à polícia a garantia de segurança no local, como é norma nessas actividades. Contudo, o comandante garante que estão a preparar operações - *"rusgas"* - em casas nocturnas para garantir que menores não frequentem esses locais, como já se fez há dois meses atrás num estabelecimento em Santa Maria. KS



É com essa intenção que aquela edilidade lançou em Agosto "Sal limpo", uma campanha de limpeza e conscientização da população, quanto às suas responsabilidades para manter a ilha limpa. Desde então, o vereador do Saneamento e Ambiente, Antero Alfama, informa que a CM, junto com parceiros como as Forças Armadas e empresas privadas, já procedeu à remoção de cerca de 900 toneladas de lixo e terras contaminadas em várias localidades e descampados da ilha, pelo que considera que mesmo estando longe do ideal, a situação melhorou.

Dificuldades como a falta de meios móveis - pois os três camiões que existiam desde a administração anterior se encontravam em "condições precárias, o que dificultava seriamente na recolha do lixo" -, vão sendo gradualmente resolvidas com a obtenção de novos dois novos camiões, fruto de uma parceria com a empresa Turinvest Holding Câmara.

Outrossim, a insuficiência de "eco-pon-tos", contentores devidamente protegidos, com paredes ou redes- existem apenas 16 em toda a ilha-, começa a ser alterada com

a vinda de 150 novos contentores, envolvidos no acordo com aquela empresa. Um dos camiões garantirá a recolha nos Espargos e o outro em Santa Maria, os dois maiores pólos populacionais da ilha.

Dois novos camiões, e uma máquina limpa-praias, fruto de novas parcerias e acordos de geminação, deverão também chegar, ainda neste mês de Janeiro. Outra medida será a desativação da lixeira de Santa Maria, que, segundo o mesmo vereador, está em "uma situação lamentável", ficando apenas com a lixeira dos Espargos em Morrinho de Carvão.

Estudam-se ainda novas formas de controlo, que não a queima do lixo, que pode ser danosa para o ecossistema. No dizer daquele vereador, "2004 foi um ano de estudo do terreno e das necessidades e formas de resolução dos problemas, este ano de 2005, será um ano de acções".

ESQUECERAM-SE DE NÓS!

E enquanto para uns o motivo de descontentamento vai deixar de existir, os moradores de Pretória dizem-se negligenciados

Vamos atacar o LIXO!

A população do Sal está descontente com o saneamento na ilha. Os contentores ao chão, o amontoar de lixo em zonas descampadas e bairros como Fortinho, ou alto São João, a visível e triste degradação da vila e da praia de Santa Maria, são provas visíveis de que o sistema de recolha e tratamento do lixo no Sal não tem acompanhado o crescimento populacional que se tem verificado na ilha. Confrontado com esse quadro, o vereador Antero Alfama dá voz ao esforço da Câmara Municipal em manter toneladas de lixo "sob controlo".

pelos sucessivos governos regionais. É que passados mais de 20 anos, e apesar de existir um plano urbanístico desde a anterior CM, o bairro continua com as mesmas careências: falta de iluminação, arruamento e asfatação, para não falar do lixo em volta das casas. O sentimento é de revolta.

Alguns residentes do bairro inclusive já começam a acreditar que "falta vontade". Assim, um grupo de moradores prepara uma acção conjunta para levar as suas reivindicações às autoridades competentes. Para eles, a hora é de unir forças para que Pretória recupere o prestígio de outrora, quando esteve na vanguarda das habitações na ilha, por exemplo, com água canalizada 24 horas.

Os contentores de lixo desprotegidos são presas fáceis para a manada de bois que deambula por aquela zona, e o vento faz o resto, arrastando o lixo para tudo quanto é lado. Junta-se a isso o esgoto frequentemente a vaziar, o cheiro nauseabundo que paira no ar torna difícil salvaguardar o bem-estar e a dignidade de qualquer cidadão.

Sobre o referido plano para a Pretória, a vereadora da urbanização, Etelina Évo-

ra, não se dispôs a falar. **A Semana** sabe que a CM anterior assinou um acordo com a ASA para o financiamento da urbanização da Pretória. O administrador das Finanças e Administração da ASA, Aquiles Rodrigues, explica que há uma orientação do próprio governo, através de um decreto-lei de contratos-programa, para que empresas ajudem na infra-estruturação das localidades aonde se instalam.

Contudo, diz Rodrigues, o caso da Pretória é especial: "O bairro foi construído pela ASA para os seus trabalhadores. Pretendemos, dentro de uma política social e numa base de parceria, contribuir para o melhoramento das condições de vida de nossos trabalhadores".

Dentro dessa política é que se firmou o protocolo para financiamento da infra-estruturação da zona, arruamentos, calcetamento, melhoria da iluminação, mas desse projecto só foi realizado o troço de estrada que dá acesso à estrada de Pedra de Lume. "Temos agendado um encontro de concertação com a câmara para saber porque é que as obras não foram concluídas", diz Rodrigues. **K.S**

Falta farinha de trigo na Boa Vista

As festas do Natal e Fim de Ano acabaram com o stock de farinha de trigo existente na Boa Vista e não há previsão de chegada de um novo carregamento para repor as reservas. Enquanto isso, segundo um morador boavistense, uma mercearia da Vila de Sal-Rei tem vindo a comercializar um produto de baixa qualidade que exala um cheiro forte e está cheio de gorgulhos, o que inclusive pode constituir perigo para a saúde pública.

Os restaurantes, bares e casas de família na ilha estão a penar para servir um pequeno-almoço "digno" devido à ausência de um dos principais ingredientes: o pão. Isso porque, afirmam, há várias semanas que não se vê resquício de farinha de trigo na ilha. "Vamos tentando improvisar, mas é complicado porque as pessoas, no café da manhã, preferem o pão", revela a funcionária de um dos restaurantes de Sal-Rei.

Um outro morador, indignado, conta que o dono de uma mercearia da Vila decidiu vasculhar o seu depósito e desenterrou uma farinha velha e cheia de gorgulhos que está a comercializar por um preço mais elevado. "É uma farinha que não serve para nada porque cheira forte, sobretudo quando vai ao lume. Mesmo as-

sim, algumas pessoas compram esse produto, que inclusive pode constituir perigo para a saúde pública, para se desenrascar", observa este morador, que defende a intervenção da Delegacia de Saúde.

A Sociex, empresa que surgiu na sequência da extinção da Empa e que importa cimento, ferro, arroz, milho, de entre outros produtos, assegura que, pelo menos por enquanto, não decidiu enveredar pela importação do trigo porque a margem de lucro é limitada. Apesar disso, segundo um dos sócios, este é um assunto em discussão e, conforme os dados recolhidos no mercado da Boa Vista, podem decidir pela comercialização deste produto.

Já o mini-mercado Pinto & Pinto, importador de farinha, confirma que o seu stock de trigo se esgotou e que não tem previsão para a chegada de um novo carregamento. "O trigo que comercializamos vem de São Vicente e, neste momento, não temos previsão para a chegada de navios carregados. Entretanto, tivemos informações que existe alguma farinha no mercado", afirma Herculano Cruz, da Pinto & Pinto.

Constância de Pina

